

UMA ANÁLISE SOBRE A REAÇÃO CONSERVADORA ÀS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

→ SILVIO HUMBERTO
DOS PASSOS CUNHA

UEFS / INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO (SALVADOR DA BAHIA)

SÍNTESE / RÉSUMÉ / SUMMARY

O artigo se propõe analisar a conjuntura racial brasileira a partir da implantação das políticas de promoção de igualdade racial durante o primeiro governo Lula, tomando como ponto de partida a reação das elites durante o processo de abolição da escravatura em 1888. Assinala alguns dos desafios postos ao movimento social negro face à reconfiguração do mito da democracia brasileira.

Cet article cherche à analyser la situation raciale au Brésil depuis la mise en place des politiques de promotion d'égalité raciale durant le premier gouvernement de Lula, en prenant comme point de départ l'attitude des élites lors du processus d'abolition de l'esclavage en 1888. Il montre certains des défis auxquels a été confronté le mouvement social noir dans sa tentative de reconfiguration du mythe de la démocratie brésilienne.

This contribution undertakes a conjunctural analysis of Brazilian race relations against the background of the launching of policies to promote racial equality introduced during Lula's first government, and taking as its starting point the elite reaction to the abolition of slavery in 1888. It underlines some of the challenges confronting the black movement in response to the reconfiguration of the myth of Brazilian democracy.

INTRODUÇÃO

«Se nos deitamos, estamos mortos», faço uso dessa frase de um dos primeiros historiadores africanos, Joseph Ki-Zerbo, para ilustrar a complexidade da atual conjuntura vivenciada pelo movimento negro brasileiro, resultado, sobretudo, desses últimos 30 anos de luta contra o racismo e suas manifestações. O momento é complexo: avanços e possíveis retrocessos, perplexidades, incertezas e construção de novas estratégias de enfrentamento.

A atual reação conservadora das elites e de seus comensais às políticas de promoção de igualdade racial faz lembrar os momentos que antecederam e se seguiram ao 13 de maio de 1888 e os impactos sobre a lavoura.

[...] foi para a lavoura uma verdadeira catástrofe, porque privando-a de uma propriedade legal sem previa ou posterior indenização de toda a depauperou! De todas as culturas nenhuma há sofrido tanto quanto a da canna de assucar, depois da abolição do elemento servil[...] como se o exercito de um novo Atila os tivesse atravessado.

APEB. Fundo: Senado do Estado da Bahia. Série – Pareceres. nº86.1891 apud: Cunha, 2004: 153

[...]Poucos são os negros que hoje se veem pelas nossas ruas, raríssimos são os que se adequam no comercio, nas industrias, nas repartições públicas. É que os brancos, como se houvesse um tácito acordo nesse sentido, os vão expulsando de seu meio. O Getulino.

Campinas, 21 set.1924, apud: Maciel, 1997:37-38

Entretanto, a alegada falta de braços, e a consequente desarticulação do mercado de trabalho, revelou-se mais retórica do que real. Havia braços, a questão não era quantitativa e sim qualitativa. Os braços negros não eram mais desejados. Reconheço as especificidades regionais que envolvem essa discussão, contudo não muda o fundamental: que havia uma clara preferência racial pelos braços brancos europeus. Reconhecer o lugar dessa «preferência racial» significa sair do exclusivismo das categorias analíticas econômicas e sociais amplamente utilizadas para a análise da formação econômica brasileira e considerar como relevante também o tratamento dado ao passado escravista, leia-se o destino dos ex-escravos e seus descendentes, tratados acriticamente como «trabalhadores nacionais». Estuda-se a transição não para apreender as diversas formas de participação do ex-escravo e de seus descendentes no mercado de trabalho, mas para explicar a opção pelos imigrantes

e a importância deles na formação do mercado de trabalho no país. Saliento que o enfrentamento e o reconhecimento dessa relevância possibilitam um novo olhar sobre as raízes das desigualdades brasileiras e, portanto, a abertura para a entrada de um novo protagonista, o racismo, na agenda das discussões sobre o desenvolvimento econômico.

RACISMO OU CULTURALISMO

A omissão do racismo no debate econômico resulta da forma como parte da *intelligentsia* brasileira rejeitou as teses racistas do século XIX, defendidas nas obras de intelectuais como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, para os quais as diferenças raciais (que eles supunham inatas) eram o problema central do desenvolvimento da nação brasileira. Mais especificamente, discutiam o 'atraso' do país em termos de «não há nação sem povo» e, animados pelo chamado racismo científico, realçavam como antagônicas a composição racial e étnica da população – majoritariamente negra – e as possibilidades de ingresso do Brasil no rol das nações ocidentais civilizadas.¹

A substituição das teses racistas em favor de uma interpretação calcada nas diferenças culturais (adquiridas e, portanto, passíveis de serem mudadas) produziu um duplo efeito: por um lado, contribuiu para suprimir, pelo menos teoricamente, as noções sobre a inferioridade inata da pessoa negra, por outro, camuflou, na sociedade, as possibilidades de tensão social de caráter racial, assim também eliminando do debate intelectual as dimensões política e econômica do pertencimento racial.

As interpretações culturalistas das relações raciais no Brasil retiraram a composição racial da população do centro da disputa por um projeto de nação, pois a explicitação de ações que viessem a desencadear conflitos raciais poderia significar uma quebra da unidade nacional. Em face do tamanho do contingente negro, havia o temor das elites, talvez maior que as possibilidades concretas, de ver o país se transformar em um novo Haiti, durante todo o período imperial, e, depois, durante a República Velha, em um novo Estados Unidos, onde as políticas de segregação, no pós-abolição, desencadearam conflitos raciais que perduraram ao longo do século XX. Para os desenvolvimentistas brasileiros, o foco nos aspectos econômicos — condições de acumulação de capital, dependência ao setor agroexportador, etc. — separava as análises das condições do atraso econômico brasileiro da eugenia social e do racismo supos-

tamente científico do século XIX, mas, ao mesmo tempo, as descaracterizava por não atribuir um lugar analítico para o racismo. Portanto, ao que parece, para os clássicos do desenvolvimentismo, o passado escravista se resolveu com a decretação da Lei Áurea. Tanto é assim que os diagnósticos e os receituários para a superação das condições do atraso brasileiro se circunscreveram apenas às questões sociais e econômicas, sem menção à forma como são reconfiguradas pela dimensão racial. Esse não-lugar, essa invisibilidade epistemológica do racismo, é parte do *modus operandi* da «democracia racial», absorvida sem críticas pelos teóricos do desenvolvimento brasileiro. Essa concepção está na base de parte das críticas proferidas à adoção das políticas de promoção da igualdade racial pelo Estado brasileiro. Vale dizer que a atual reação conservadora de determinados setores da sociedade brasileira não se deve a questões de ordem epistemológica e sim à defesa da permanência das hierarquias raciais e práticas/privilégios sociais (educação, terras, posição social, acesso preferencial aos recursos públicos...) herdadas da escravidão e aperfeiçoadas pelo racismo e suas manifestações durante a República.

REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO

O mito da democracia racial brasileira se manteve quase que inabalável, apesar das denúncias contundentes do movimento social negro. Entretanto, os anos 1990 foram emblemáticos, sobretudo a segunda metade da década, para a questão racial brasileira. Observa-se uma inflexão no tocante à relação entre o movimento social negro e o Estado brasileiro. Em 1995, o movimento social negro, em conjunto com o movimento sindical, em particular a Central Única dos Trabalhadores, realizou a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida em celebração aos 300 anos de morte de Zumbi. Cerca de 30 mil pessoas estiveram em Brasília e entregaram um documento ao governo Fernando Henrique Cardoso no qual denunciavam as condições sub-humanas a que estava submetida a população negra brasileira e cobravam ações efetivas do Estado. Em resposta, o governo Fernando Henrique instituiu, dentro do Ministério da Justiça, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Valorização da População Negra. Portanto, estamos diante de um marco na história das relações raciais brasileiras: o Estado brasileiro reconheceu formalmente a discriminação racial como prática coletiva / institucional contra a população negra e a sua quase

cidadania. Um dos objetivos do GTI era justamente promover políticas de «consolidação da cidadania da população negra». Até então, as ações do Estado brasileiro eram de negar peremptoriamente a discriminação racial e de reafirmar o mito da democracia racial.² Isso era algo que o movimento social negro sempre reivindicara: ser «ouvido/recebido» pelo Estado, ou melhor, entrar na agenda política do Estado brasileiro. Será que estávamos prestes a navegar sob um céu de brigadeiro, como diriam os aviadores? Importante ressaltar que não é minha pretensão historicizar todas as nuances que envolvem a relação entre o movimento negro e o Estado brasileiro. Proponho relacionar mais alguns fatos daquela conjuntura que consubstanciam a formulação dessa indagação e, a partir daí, extrair elementos que se somem aos esforços em curso para uma melhor compreensão da atual conjuntura (avanços, perplexidade, possíveis retrocessos) da luta contra o racismo em nosso país.

No Brasil, num período bem recente, falar em racismo era pregar no deserto. Os militantes do movimento negro eram tachados de «complexados», «racistas», e era dito que a questão racial dividia a luta dos oprimidos ou que estávamos a importar a realidade americana (este argumento se mantém intacto até os nossos dias) ou, parafraseando o cantor Chico César, «quando negro fala, o branco calça o sapatinho de veludo e sai da sala (...) respeitem meus cabelos brancos». Assim, parecia que não havíamos avançado em nada, para ficar na história recente, isto é, as queixas, as reivindicações de outrora do ex-senador Abdias Nascimento e de outros velhos militantes continuavam ainda as nossas. Aos poucos fomos convencendo alguns setores da sociedade brasileira de que não vivíamos em uma democracia racial. Vejamos alguns exemplos: o racismo enquanto crime inafiançável (1988); a mobilização pelos 100 anos sem abolição; a mobilização pelo fim do *apartheid* na África do Sul que resultou na inclusão do Brasil na agenda de visita de Mandela após a saída da prisão; a nacionalização e a popularização do 20 de Novembro como dia nacional da Consciência Negra (assim vencemos a disputa com o dia 13 de maio, embora se reconheça o significado histórico da data); a organização dos cursos pré-vestibulares, inicialmente para negros, com a fundação do Instituto Cultural Steve Biko em 1992 e, posteriormente, a expansão de diversos cursinhos com recorte racial e popular por todo o país; o I Seminário de Universitários Negros (I SEMUN-1993); a celebração dos 300 anos de Zumbi e a criação do GTI; a inclusão do recorte racial nos levantamentos dos dados estatísticos dos institutos oficiais de pesquisa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas) e da sociedade civil (DIEESE- Departamento de Estudos Econômicos e Sindicais, FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), além da formação de dezenas de grupos de discussão, publicação de jornais e livros, manifestos, realização de centenas de seminários³; realização de Encontros

de Negros (Norte/Nordeste-Sul/Sudeste); organização de congressos de Pesquisadores Negros e de núcleo de estudantes negros e negras; criação de conselhos de defesa da comunidade negra em várias cidades do país.

Seguido das contumazes resistências e dificuldades internas, o movimento social chega ao século XXI com o desafio de pautar, internacionalmente, o Estado Brasileiro. Essa oportunidade veio com a realização, em Durban, da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001. Essa conferência significou um marco decisivo nas relações raciais brasileiras, sobretudo em relação ao tratamento dado à população negra. O movimento negro foi o grande protagonista no diálogo com o Itamaraty, graças às mobilizações empreendidas tanto para as reuniões preparatórias como para a atuação no interior das conferências nacional, regional⁴ e internacional. O Estado brasileiro reconheceu, no plano nacional e internacional, a existência de uma questão racial no país e a necessidade de adotar medidas efetivas para o enfrentamento. O Brasil foi signatário das resoluções da Conferência de Durban. Estava aberto o caminho para as ações afirmativas, uma dessas ações foi a instituição do Programa Diversidade na Universidade, em 2002, no qual o governo federal, com recursos do BID, se comprometia a apoiar as experiências de cursos pré-vestibulares voltados para negros e carentes. Importante salientar que o ministro da educação, à época o prof. Paulo Renato, era contrário à adoção de cotas raciais no acesso ao ensino superior, posicionamento mantido até hoje em sua atuação como deputado federal. Nesse ano de 2002, a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e a UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense) adotaram a reserva de vagas de 40% para negros, iniciativa que foi seguida por outras universidades estaduais, a exemplo da Universidade Estadual da Bahia (2003), e federais, a exemplo da Universidade de Brasília. Em 2009, 94 universidades adotaram algum programa de ações afirmativas, 68 com recorte étnico-racial.

Em 2003, Lula assumiu a Presidência da República, com forte apoio dos movimentos sociais, inclusive do movimento social negro. Inicialmente, convidou a ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, para o cargo de ministra do Ministério do Desenvolvimento Social, mais pelas idiosincrasias partidárias do que para atender a um pleito do movimento negro. Em seguida, foi promulgada a Lei 10639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares e, após muita pressão do movimento social negro, criou a SEPPIR, um passo importante para a institucionalização de uma política nacional de promoção de igualdade racial e, posteriormente, de um sistema nacional de políticas de promoção de igualdade racial com a criação de órgãos (secretarias estaduais, municipais, departamentos, coordenações, conselhos,

fóruns) em diversos estados e municípios e a realização de duas conferências nacionais de promoção de igualdade racial. Contudo, cabe ressaltar que normalmente a criação desses órgãos parecem obedecer a um padrão: problemas com dotação orçamentária (quando existe, é a menor dotação orçamentária); infraestrutura precária; dificuldades para a execução das atividades face às especificidades que envolvem o tema racial e/ou às «incompreensões» e «resistências» produzidas pelo racismo institucional que permeia a administração pública.

No primeiro mandato do presidente Lula, havia evidências fortes que de fato navegaríamos sob um céu de brigadeiro ou em uma nova metáfora: a nossa «marola» de reivindicações, dado seu volume inicial, mas que em contínuo e rápido crescimento (a aprovação do estatuto da igualdade racial pelo Senado Federal (2006), a tramitação do projeto de lei de federalização das cotas raciais, a regularização das terras dos quilombolas, o fato de a questão racial — cotas raciais — entrar no debate dos presidencializáveis durante a eleição de 2006) ameaçava a se transformar em um verdadeiro «tsunami» que varreria o mito da democracia racial, este um dos elementos basilares das desigualdades em nosso país.

No entanto, nuvens «claras» (conservadoras) se aproximam do horizonte, as resistências contumazes se agigantaram e criaram um novo cenário de disputa explícita, até então nunca visto na história das relações raciais no Brasil. É a reação conservadora em defesa do mito da democracia racial, a direita racial⁵, causando certa perplexidade dos setores organizados do movimento negro talvez em razão de uma compreensão parcial do fenômeno do racismo e de suas manifestações e o quanto ele estrutura as relações de poder na sociedade brasileira. Vamos a uma breve descrição de alguns fatos que denotam essa reação conservadora.

REAÇÃO CONSERVADORA

A reação conservadora parte inicialmente do descaso e subestimação da capacidade política do movimento social negro em contestar o mito da democracia racial, passando pela reação emocional (as primeiras imagens dos jovens brancos de classe média e seus pais indignados com as cotas da Uerj, considerando-se injustiçados), até a reação organizada da grande mídia: editoriais dos principais jornais e revistas de circulação nacional (Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Globo, Veja, Istoé, Época); as reportagens televisas tendenciosas, sobretudo da Rede Globo de televisão, e, mais recentemente, da Rede Bandeirantes; as

ações impetradas na justiça de primeira instância contra as universidades, e posteriormente, as ações de inconstitucionalidade no STF; as pesquisas encomendadas com recorte racial durante a eleição presidencial de 2006 (Ibope, Datafolha); as audiências públicas no Congresso Nacional, os lobbies dos sindicatos de escolas e universidades particulares, ANDFIS (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior); o Manifesto dos 100 intelectuais contra as cotas, não somente o manifesto foi algo inusitado como a assinatura de alguns nomes, inclusive de historiadores da escravidão e pesquisadores da cultura negra; a publicação de livros, a exemplo de *Não somos racistas* (2006) de Ali Kamel⁶, prefaciado por uma eminente pesquisadora das relações raciais, *Revolução Quilombola: guerra racial, confisco agrário e urbano, coletivismo* (2007) de Nelson Ramos Barretto, e, mais recentemente, *Uma gota de Sangue* (2009) de Demétrio Magnoli. O que mais chama atenção é a publicidade desproporcional promovida pela grande mídia em favor dessas publicações, quando comparada aos autores que defendem as ações afirmativas, a exemplo da obra dos professores Helio Santos — *A Busca de Um Caminho para o Brasil - A Trilha do Círculo Vicioso* (2001) e Carlos Moore, *Racismo e Sociedade* (2007); a entrada de «novos atores», a exemplo do Movimento Negro Socialista, a respeito do qual, antes das ações afirmativas, não havia registro da existência.

Por que essa mudança na forma de reação? Os argumentos são amplamente conhecidos. Entre eles, cabe destacar: «vamos dividir o Brasil», «a raça não existe», «racialistas», «cotas sociais», «melhorar a escola pública», «os brancos pobres» «estamos a importar o problema dos Estados Unidos». Grande parte dessa reação conservadora advém principalmente da adoção de cotas raciais para os negros no ensino superior, porque tendem a promover uma mudança qualitativa na mobilidade social das pessoas negras, abrindo uma perspectiva de ascensão coletiva. Até então, a ascensão social proporcionada era individual, na qual homens negros e mulheres negras superavam as adversidades com a força do talento e do esforço próprio e assim «chegavam lá». ⁷ A reação também demonstra o crescimento do movimento social negro. Entramos de fato na agenda do Estado brasileiro, uma arena política de disputa por poder, recursos, acesso a direitos e privilégios. O movimento negro descerrou a «camuflagem» do racismo e de suas manifestações como «coisa» circunscrita exclusivamente ao espaço doméstico, das relações domésticas e individuais, no qual as práticas discriminatórias seriam resultantes de atitudes preconceituosas/comportamentais. Revelou-o como «coisa», sobretudo, do espaço público, da institucionalidade, como fora a escravidão, tornando-o uma questão de Estado e, por conseguinte, objeto passível da aplicação de políticas públicas. Evidentemente, a aplicabilidade ou não dessas políticas dependerá da correlação de forças dentro e fora do Estado.

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA

Vale acrescentar que a escravidão era uma instituição que regulava a vida brasileira e, por conseguinte, as relações raciais. O liberto precisava provar a todo o momento que era livre e muitos andavam calçados ou com os sapatos pendurados no pescoço, como prova de alforria, uma vez que a cor da sua pele era a marca da escravidão. A abolição não decretou, também, o fim das relações raciais no Brasil. A quem caberia, agora, o papel de regular essas relações raciais? O ideário de democracia racial foi, aos poucos, sendo forjado a partir das práticas raciais e sociais construídas durante a escravidão e modeladas durante a República, transformando os conflitos marcadamente raciais entre negros e brancos, proeminentes nos anos que se seguiram à abolição, paulatinamente, em conflitos sociais entre ricos e pobres, aparentemente, desracializados. Retirados os conflitos sociais do espaço público para os conflitos de cunho racial, estava «pronta» a arquitetura da democracia racial, digo, do MITO da democracia racial, tendo em vista que a sua existência, de fato, em um país onde a população negro-mestiça é maioria e onde não foram impostas barreiras/controles raciais (explícitos ou implícitos) à mobilidade social coletiva. Esta se converterá, quantitativamente, em uma ameaça à preservação das hierarquias raciais e sociais estabelecidas pelo grupo racial minoritário (branco), que controla o poder. Por isso, essa reação conservadora é em defesa do MITO da democracia racial e não de uma verdadeira democracia racial. Se fôssemos uma democracia racial, ou bem próximo disso, há tempos teríamos um país com indicadores sociais melhores e outra história para contar.

CONCLUSÃO

O país não pode perder mais essa oportunidade, revela-nos Hélio Santos (2001). Não obstante, as ações afirmativas são políticas de cunho liberal e o impacto geracional quantitativo será mínimo ainda por muitos anos. Portanto, infelizmente, não diminuirão rapidamente as distâncias abissais entre negros e brancos e ainda veremos, por muitos anos, as discrepâncias visíveis aos nossos olhos. Basta frequentar os espaços de consumo, trabalho e lazer, o carnaval da Bahia, os camarotes do sambódromo, as federações da indústria e do comércio: os negros ainda estão nos seus «lugares». O IPEA estima que, somente daqui a trinta anos, poderemos falar em uma redução considerável das desigualdades

raciais, desde que mantidas as atuais políticas de promoção de igualdade e as políticas sociais universais (elevação real do salário mínimo, bolsa família, programa de erradicação do trabalho infantil e outras de benefícios continuados).

Então, qual é, de fato, a origem, a razão dos «medos/incertezas/cuidados» dos detratores das políticas de promoção de igualdade racial? As divisões perigosas? Certamente que não. Os temores persistem, talvez, por já anteverem os significados e dificuldades para a preservação do *status quo* proporcionado pela branquitude na sociedade brasileira, com os negros fora de lugar e se reconhecendo como uma comunidade de destino a construir uma saída coletiva. Para tanto, o movimento social negro precisa, de forma urgente, apurar a sua percepção da atual conjuntura, que passa primeiro por perceber a capacidade de se metamorfosear do racismo. Estamos a vivenciar um «neoracismo» anti-negro e suas manifestações de confrontos explícitos, porque estamos «fora do lugar». Um deles reside no fato de a relação com o Estado, hoje, não se restringir mais ao cultural. Isso não significa que superamos o «velho» racismo e suas manifestações. Os jovens negros continuam a ser as vítimas preferenciais da violência nas capitais brasileiras: Salvador, Rio e Recife lideram o ranking. Segundo, já que estamos a lidar com um «novo» racismo e com velhos e novos adversários, isso requer a construção de novas estratégias e a busca de novos aliados, entre eles: ampliar a qualificação acadêmica da militância, o fortalecimento institucional das organizações negras, ampliar a representação política nas três esferas do poder e, por fim, estreitar os laços com as diásporas africanas e as organizações da sociedade civil africanas, bem como dar continuidade aos diálogos e às formas colaborativas de atuação, com as organizações da sociedade civil brasileira e as organizações internacionais interessadas em promover a diversidade étnico-racial e cultural como valor e prática, que tem tudo para vir a ser uma das grandes contribuições do Brasil ao mundo. Portanto, «se nos deitarmos, estaremos mortos».

NOTAS

¹ A esse respeito, ver os trabalhos de Thomas E. Skidmore, *Preto no branco - Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012; Djacir Meneses (org), *O Brasil no pensamento brasileiro*, Brasília, Senado Federal, 1998; Renato da Silveira, «Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental», em: *Afro-Ásia*, 23, 2000.: 89-145. Gislene Aparecida dos Santos. 2002. *A invenção do «ser negro»: um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas.

² A título ilustrativo, o presidente Fernando Henrique, além de doutor em sociologia com pesquisa na área das relações raciais e escravidão, afirmou que possuía o pé na cozinha, demonstrando, assim, sua «sensibilidade» e conhecimento de causa.

³ Destaque para o seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos (1996). Organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos da Cidadania.

⁴ Inicialmente, a conferência estava marcada para o Brasil que, por razões orçamentárias, desistiu. Foi transferida para o Chile.

⁵ Expressão ouvida de uma autoridade do primeiro escalão do governo federal para simbolizar a complexidade dessa composição desse grupo social que envolve sujeitos sociais de diversas matizes partidárias e classe.

⁶ A novela *Duas Caras*, líder de audiência no horário das 8, fez o merchandising do livro de Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo. Essa telenovela deveria ser objeto de pesquisa da área de comunicação como parte dessa estratégia de defesa do mito da democracia racial brasileira.

⁷ Ver a matéria de capa da revista *Veja* intitulada – «A Classe Média Negra», de 18.08.1999, alerta a matéria – «Até agora, tem sido confortável para os brancos festejar o sucesso dos negros já estabilizados na profissão. Mas uma coisa é aplaudir quando o número de negros bem-sucedidos é pequeno. Outro é continuar o aplauso no momento em que um contingente expressivo de negros bem preparados começar a tomar salários da fatia mais clara da população» (p.69). Esta mesma revista, em 10.05.2006, traz uma matéria «Estatuto legaliza o racismo».

BIBLIOGRAFIA

CUNHA, SILVIO HUMBERTO P.

2004 *Um retrato Fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902*. UNICAMP (tese de doutoramento).

JACOUD, LUCIANA (ORG.)

2009 *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: IPEA.

KI-ZERBO, JOSEPH

2006 *Para quando África? - Entrevista com René Holenstein - tradução de Carlos Aboim de Brito*. Bissau: Ku Si Mon editora, Ltda.

MACIEL, CLEBER DA SILVA

1997 *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)*. Campinas: CMU/Unicamp.